



O Fim da Era Mugabe no Zimbabwe

Com o país à beira do colapso, o Zimbabwe realizou, a 29 de Março, eleições presidenciais e legislativas. As opiniões relativamente à utilidade destas eleições dividiram-se.

Pag 2|4

O Novo Papel de Joaquim Chissano

O antigo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, tem vindo a assumir um papel de destaque na resolução dos problemas africanos. Após a transição para a democracia em Moçambique, Chissano abandonou, em inícios de 2005, voluntariamente o poder.

Pag 4

Anjouan. A Tentação Separatista

África tem cerca de 80 mil kms de fronteiras, na sua grande maioria surgidas após a Conferência de Berlim, em 1884-85, as quais são artificiais.

Pag 5|7

A Instabilidade no Kivu - República Democrática do Congo

A violência e a instabilidade na República Democrática do Congo (RDC) têm sido uma constante desde que o país ascendeu à independência em 1959.

Pag 8

Conferência Islâmica no Senegal

Realizou-se, em Março, na capital senegalesa, a IV Cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI), a qual agrega 57 países, 26 dos quais africanos, e é a maior organização islâmica do mundo. Esta Cimeira já não se realizava em África à 14 anos.

Pag 9

Cimeira Índia - África

A Índia é a terceira maior economia asiática, com uma taxa de crescimento anual de 9%. Este crescimento implica a necessidade de garantir novos recursos energéticos, tanto mais que o seu consumo deverá duplicar até 2015.

Pag 9

África e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A 6 de Setembro de 2000, os líderes do mundo, preocupados com as grandes questões globais, reuniram-se na sede da ONU, durante a Cimeira do Milénio.

Pag 10|12



O Fim da Era Mugabe no Zimbabwe

■ Luís Castelo Branco

Com o país à beira do colapso, o Zimbabwe realizou, a 29 de Março, eleições presidenciais e legislativas. As opiniões relativamente à utilidade destas eleições dividiram-se. Por um lado, ao recandidatar-se, Robert Mugabe, de 84 anos, foi uma má notícia para a democracia zimbabueana e pôs em causa a desejada alternância política. As limitações impostas aos Observadores Internacionais, com a exclusão dos Observadores europeus e norte-americanos, e o controlo absoluto dos órgãos de comunicação social condicionaram o controlo independente de todo o processo eleitoral.

A oposição apostou nestas eleições como última esperança para uma mudança pacífica de regime. Para enfrentar Mugabe e o seu partido, a Zimbabwe African National Union - Patriotic Front (ZANU-PF), apresentaram-se dois candidatos, Morgan Tsvangirai, apoiado pelo Movement for a Democratic Change (MDC) e Simba Makoni, antigo quadro da ZANU-PF, que concorreu como independente.

Tsvangirai tinha a seu favor o facto de liderar a oposição deste 1999, facto que lhe valeu ter sido alvo de várias campanhas de difamação e de ter sido brutalmente agredido pela polícia. Tsvangirai foi líder da poderosa central sindical Zimbabwe Congress of Trade Unions (ZCTU), à frente da qual enfrentou o regime de Mugabe, primeiro por motivos sociais, mas depois como forma de contestação política. Com o objectivo de se opor às alterações que Mugabe e a ZANU-PF pretendiam introduzir na Constituição, e que iriam reforçar os poderes presidenciais, Tsvangirai fundou, em 1999, o MDC. O primeiro grande teste à capacidade de mobilização do MDC foi o Referendo Constitucional de Fevereiro de 2000, o qual previa, entre outras coisas, a reforma da terra em termos muito drásticos. O MDC liderou a campanha do Não às alterações constitucionais, acabando por derrotar Mugabe.

Simba Makoni foi Ministro das Finanças de Mugabe e Secretário-Geral da Southern África Development Community (SADC), tendo construído uma imagem de credibilidade junto da Comunidade Internacional. Internamente tinha pouco apoio e uma imagem de proximidade à ZANU-PF, partido ao qual pertenceu até anunciar a sua candidatura presidencial, foi, simultaneamente, positivo e negativo. Por um lado, Makoni foi apoiado, discretamente, por membros da ZANU-PF que acreditavam que o tempo de Mugabe tinha chegado ao fim e que eram necessárias mudanças. Mas, por outro lado, a sua ligação ao partido de Mugabe foi-lhe prejudicial aos olhos da população.

O país avançou para o processo eleitoral envolto na crise mais grave desde a sua independência. A polémica reforma da terra, que serviu

de bandeira mobilizadora de Mugabe, não surtiu os efeitos pretendidos. As grandes fazendas, responsáveis pela produção alimentar e fonte de receitas de exportação, nomeadamente de tabaco¹, foram retiradas aos fazendeiros brancos a partir de 2000. A má redistribuição das terras, a maioria das quais foi parar às mãos de aliados de Mugabe, juntamente com a falta de uma política de incentivos e de apoios aos agricultores, transformaram o país, em poucos anos, de celeiro da África Austral em mais um país dependente da ajuda alimentar internacional². A má gestão da política agrícola reflectiu-se, igualmente, na perda de milhares de empregos rurais.

O desemprego também atingiu as zonas urbanas, onde cerca de 80% da população estava sem emprego. A inflação, a mais alta do mundo, rondava os 100.000%. A crise económica e financeira no país é enorme. No sector financeiro, o dólar zimbabueano não parou de perder valor. Num esforço para estabilizar a moeda nacional, o Banco Central do Zimbabwe emitiu novas notas no valor de 10 milhões de dólares zimbabueanos, a nota de maior valor em circulação em todo o mundo, as quais pouco mais vale dos que 2 euros no mercado negro³. Os dois candidatos da oposição, Tsvangirai e Makoni, coincidiram no diagnóstico que fizeram do país, reconhecendo que serão necessárias medidas drásticas, e vários anos, para inverter a situação.

Uma população de 13 milhões de habitantes, cerca de 3 milhões abandonaram o país, muitos deles para a vizinha África do Sul. O problema é mais grave se tivermos em conta que muitos do que saíram são quadros qualificados.

Outras fontes importantes de rendimentos, a extracção do ouro e a indústria de turismo, também se ressentiram. A produção de ouro, em 2007, cifrou-se em 7 toneladas, quando em 1999 era de 27 toneladas. A quantidade de turistas que visitaram o país diminuiu consideravelmente, acabando por beneficiar os países da região, nomeadamente a Zâmbia e o Botswana, ambos com atracções idênticas, nomeadamente, animais selvagens e paisagens como as Cataratas Vitória.

A falta de divisas implicou a escassez de meios para fazer face à carência alimentar e o pagamento da energia comprada na região. O Zimbabwe importa 40% da energia que consome, sendo os seus principais abastecedores⁴ a África do Sul e Moçambique. A 1 de Janeiro de 2008, a Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB) retomou o fornecimento de energia eléctrica ao Zimbabwe, após este país ter pago 10 dos 26 milhões de USD em dívida, comprometendo-se a saldar, posteriormente, o remanescente⁵.

¹ A produção de Tabaco caiu de 237 toneladas em 2000 para 70 toneladas em 2007. **Coming to a Crunch. Zimbabwe's Election**, in The Economist, 22/03/2008, pp. 44-46

² Em Março de 2008, 2,5 milhões de pessoas no Zimbabwe dependiam do apoio alimentar fornecido pelo Programa Alimentar Mundial. **PAM**, Abril de 2008. http://www.wfp.org/country_brief/indexcountry.asp?country=716

³ Zimbabwe Dollar Takes Heavy Knock, in The Zimbabwe Gazette, 21/01/2008. <http://zimbabwegazette.com/the-news/general-news/zimbabwe-dollar-takes-heavy-knock-2008012107.html>

⁴ South Africa Cuts Power to Neighbours, in BBC News on Africa, 21/01/2008.

⁵ HCB Retoma Fornecimento de Energia ao Zimbabwe, Newsletter Online nº198 Câmara de Comércio Portugal - Moçambique, 18/01/2008. www.ccpm.pt

As duas centrais eléctricas em funcionamento no Zimbabwe - Kariba (hidroeléctrica) e Hwange (termoeléctrica) - estão a produzir conjuntamente perto de mil megawatts diários, quando o consumo supera os dois mil megawatts. Nesse sentido, o país necessita de recorrer à importação de energia a partir dos seus vizinhos, nomeadamente Moçambique e África do Sul. Porém, a crise energética que atinge a África do Sul desde finais de 2007, e que sendo estrutural, se irá manter no futuro próximo, levou este país a cortar o fornecimento de energia ao Zimbabwe.

A crise energética na África do Sul foi uma surpresa para o meio político local, embora num relatório de 1998 elaborado pela empresa de electricidade nacional, a ESKOM, já tivesse alertado para o facto de, até 2007, o país atingiria os limites da sua capacidade produtiva. As soluções então avançadas, nomeadamente na construção de novas centrais eléctricas, foram rejeitadas pelo poder político.

A situação piorou porque o governo do ANC tinha prometido levar a energia eléctrica a milhões de lares, nomeadamente de negros pobres, promessa que não foi acompanhada pelo reforço da produção. As novas ligações foram feitas, calculando-se que 6 milhões de novas casas tenham sido ligadas à rede nacional⁶, o que implicou uma aumento considerável de consumo.

Para além do abastecimento de electricidade também outros serviços básicos, como o fornecimento de água, têm vindo a falhar nas principais cidades zimbabweanas. Estes sinais de colapso do Estado têm consequências dramáticas para uma população que se vê obrigada a lutar pela sua sobrevivência rodeada por um mar de carências. Nos últimos anos, o Índice de Desenvolvimento Humano indica quedas consecutivas na qualidade de vida das populações.

Em 2007, o Zimbabwe ocupava o 151º posto, em 177 países, tendo caído 9 lugares em relação a 2006⁷. O sistema de saúde deixou de funcionar, com os hospitais a debaterem-se com a falta de medicamentos e pessoal qualificado, com graves consequências no combate a doenças como o HIV-SIDA. Grande parte do pessoal médico saiu do país com destino a países como a África do Sul, o Reino Unido ou a Austrália. A esperança de vida, em tempos, uma das mais elevadas da África Subsaariana, é hoje de apenas 36 anos, das mais baixas de África.

Apesar das evidentes provas de manipulação do processo, a oposição mostrou-se confiante numa vitória eleitoral. A Comissão Eleitoral zimbabweana estava completamente controlada pela ZANU-PF. A lista dos eleitores, assim como a localização das mesas de voto, apenas foram divulgadas à oposição pouco tempo antes do início da campanha

eleitoral. Apesar de existirem 5,9 milhões de eleitores, foram impressos 9 milhões de boletins. A oposição apresentou estas manobras como formas das autoridades viciarem os resultados. Também foram denunciados a existência de milhares de eleitores fantasmas nas zonas rurais que iriam favorecer Mugabe.

Outro factor que deu confiança à oposição foi as sondagens que lhes eram favoráveis. De acordo com dados do Mass Public Opinion, Instituto da Universidade do Zimbabwe, Tsvangirai venceria com 29% dos votos, Mugabe teria 20% e Makoni 9%. Cerca de 24% dos eleitores não revelaram o seu voto, tendo, no entanto, manifestado o seu apoio à oposição. O que não ficou claro é se foi positivo ou negativo a divisão da oposição entre Tsvangirai e Makoni. Se, por um lado, juntos poderiam ter mais votos, não deixa também de ser verdade que Makoni sozinho teria maior capacidade de atracção de votos da ZANU-PF que, embora descontentes, com Mugabe, temiam uma vitória total da oposição.

À partida, a oposição podia contar com um forte apoio das zonas urbanas, politicamente mais esclarecidas, e que já tinham votado maciçamente na oposição em eleições anteriores. O controlo que os apoiantes de Mugabe efectuam nas zonas rurais, cativando eleitores com a distribuição de alimentos, seria difícil de realizar nas cidades. Outra área afectada à oposição foi a região de Matabeleland, na qual ainda estão bem vivas as memórias dos massacres cometidos pelo exército zimbabweano contra elementos do então principal partido da oposição a Zimbabwe African People's Union (ZAPU)⁸.

Apesar das enormes carências que o país atravessa, Mugabe não se coíbiu de preparar a sua campanha eleitoral gastando milhões de USD. Por um lado foram importados alimentos para cativar eleitores, e, por outro, foi reforçado o equipamento militar das forças de segurança. Através de uma política de favorecimento claro, Mugabe tem conseguido manter junto de si as forças militares e policiais. Aliás, numa clara medida intimidadora, poucos dias antes das eleições as Chefias Militares e Policiais manifestaram o seu apoio a Mugabe, avisando a oposição de que não seriam toleradas situações de violência semelhantes às vividas no Quênia após as eleições presidenciais de Dezembro de 2007.

Os esforços internacionais para resolver pacificamente a crise zimbabweana arrastam-se há anos e, têm-se revelado infrutíferas. A maior esperança reside nos esforços regionais, através da Comunidade Desenvolvida da África Austral (SADC) liderados pela África do Sul. A política de diplomacia silenciosa seguida pelo Presidente Sul-Africano, Thabo Mbeki, que consistia em não criticar publicamente Mugabe, revelou-se um fracasso⁹. Esta situação deveu-se também à

⁶ Entre 2001 e 2006, o aumento de consumo energético na África do Sul cresceu mais de um terço, enquanto que a capacidade de oferta se manteve praticamente na mesma. Statistics South Africa 2007.

⁷ Relatório de Desenvolvimento Humano 2007: Combater as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido, PNUD.

⁸ Em 1983, Mugabe ordenou à 5ª Brigada do Exército Nacional (treinada pela Coreia do Norte) que eliminasse os opositores ao regime comunitário com a etnia matabele e com o movimento ZAPU. Na sequência desta decisão, milhares de matabeles foram mortos pelo exército zimbabweano.

⁹ South Africa's President Mbeki Visits Zimbabwe on Mediation Mission Meets Mugabe, in International Herald Tribune, 17/01/2008.



própria situação interna sul-africana, onde Mugabe conta com muitos admiradores, nomeadamente no seio da população negra, fruto da sua política agrícola, e com muitos opositores no seio da população branca, que vêem no Zimbabwe de Mugabe uma antevisão do que poderá ser o seu futuro.

Internacionalmente, a situação do Zimbabwe foi fonte de preocupação. Por um lado temia-se que uma degradação da situação interna pudesse ter consequências negativas nos países vizinhos. Por outro, países como o Reino Unido defendiam a adopção de medidas drásticas contra Mugabe, não só para o afastar do poder, mas também para servir de exemplos a casos futuros. Portugal também acompanhou de perto a situação no Zimbabwe por se inserir numa região estratégica para a política externa portuguesa. De acordo com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, vivem no Zimbabwe cerca de 1.300 portugueses, número que tem vindo a diminuir drasticamente nos últimos anos, o que se fica a dever à degradação da situação no país.

Os dias que antecederam as eleições e o dia da votação foram muito tensos, embora não se tenha registado a violência que teve lugar nas últimas eleições presidenciais. A ausência de Observadores Independentes e a limitação à circulação de jornalistas implicou a ausência de notícias fidedignas. Os Observadores dos países amigos do Zimbabwe, como o Irão, a Venezuela e a China, manifestaram a sua satisfação pelo modo como decorreu o processo. Idêntica posição teve a missão eleitoral da SADC, embora alguns membros da delegação sul-africana, nomeadamente de partidos da oposição, se tenham negado a assinar a declaração final devido às irregularidades verificadas.

A Missão Eleitoral da União Africana, liderada pelo antigo Presidente da Serra Leoa, Ahmad Tejan Kabbah, foi mais cautelosa nas suas apreciações, reconhecendo a existência de várias irregularidades.

Nas eleições legislativas, o MDC conseguiu uma vitória histórica, ao eleger 99 dos 210 deputados. A ZANU-PF obteve 97 deputados, a facção dissidente do MDC¹¹ obteve 10, os independentes 1 lugar e 3 lugares foram alvo de recontagem¹¹. Numa tentativa de ganhar algum tempo, a ZANU-PF exigiu a recontagem dos votos em alguns círculos eleitorais, com o intuito de pôr em causa a vitória do MDC. No entanto, a recontagem confirmou a vitória da oposição¹².

Em relação às eleições presidenciais, os resultados tardaram em ser conhecidos, apesar do MDC afirmar que Tsvangirai ganhou logo à primeira volta. Enquanto se esperava pela divulgação dos resultados das eleições presidenciais, Mugabe e os seus apoiantes foram radicalizando o discurso e a actuação. Com o objectivo de mobilizar os seus apoiantes, Mugabe voltou a usar o tema da posse da terra, acusando o MDC de pretender devolver a terra aos fazendeiros brancos. Em relação à questão da posse da terra, Mugabe declarou publicamente

que a mesma não deveria voltar para os brancos, o que levou a que as últimas fazendas ainda na mão dos brancos fossem ocupadas pelos Veteranos de Guerra.

Nas cerimónias do 28º aniversário da independência do país, alcançada em Abril de 1980, Mugabe criticou duramente o governo britânico, acusando-o de se imiscuir nos assuntos internos do Zimbabwe¹³. Para Mugabe as declarações do Primeiro-Ministro britânico, Gordon Brown, sobre o processo de recontagem dos votos pedido pela ZANU-PF, eram um claro indício da intromissão britânica¹⁴.

A oposição, num esforço de contenção e na impossibilidade de forçar o governo a divulgar os resultados, apelou ao apoio da Comunidade Internacional. Enquanto os países europeus, liderados pelo Reino Unido se mostraram solidários com o MDC, a posição dos estados africanos foi mais dúbia. A União Africana, embora tenha demorado muito tempo a reagir, acabou por exigir a divulgação dos resultados das eleições presidenciais¹⁵. Devido aos laços de solidariedade, e também devido às suas situações internas, os países da África Austral mostraram alguma contenção nos seus comentários, evitando criticar abertamente Mugabe.

Mais de um mês depois das eleições presidenciais, a Comissão Eleitoral, confirmou que o líder da oposição ganhou a primeira volta do escrutínio com 47,8% dos sufrágios. Mugabe, por sua vez, obteve 43,2%. O MDC mostrou-se relutante em aceitar uma segunda volta, uma vez que segundo os seus dados, Tsvangirai teria ganho logo à primeira com mais de 50% dos votos.

Os dias que antecederam as eleições e o dia da votação foram muito tensos, embora não se tenha registado a violência que teve lugar nas últimas eleições presidenciais. A ausência de Observadores Independentes e a limitação à circulação de jornalistas implicou a ausência de notícias fidedignas.

¹¹ Zimbabwe Electoral Commission, 9/04/2008

¹² No majority for Mugabe In recount, In Mail & Guardian Online, 26/04/2008.

¹³ http://www.mg.co.za/articlePage.aspx?articleid=3379706&area=breaking_news/africa/

¹⁴

¹⁵ Grã-Bretanha Acusada de tentar impor Regime Neocolonial no Zimbabwe, Pan-African News Agency, 19/04/2008.

¹⁶ Communique on the Situation in Zimbabwe, African Union, Addis Abeba, 17 April 2007. <http://www.africanunion.org/root/ua/actualities/2008/avr/communique%20situation%20zimbabwe%20-%20eng-%2017-04-08.doc>

¹⁰ Em 2005 surgiu uma divergência no seio do MDC sobre se o partido deveria ou não participar nas eleições para o Senado. Um grupo discordou com Tsvangirai que boicotou as eleições e decidiu conconer. Após estas eleições, a grande maioria dos apoiantes do MDC manteve-se fiel a Tsvangirai, enquanto um pequeno grupo alinhou com Gibson Sibanda.

O Novo Papel de Joaquim Chissano

O antigo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, tem vindo a assumir um papel de destaque na resolução dos problemas africanos. Após a transição para a democracia em Moçambique, Chissano abandonou, em inícios de 2005, voluntariamente o poder. Ao contrário de outros líderes africanos, que após a sua retirada da vida política activa se apagaram, Chissano tem vindo a desenvolver uma forte actividade a favor da resolução dos problemas do continente.

Com vista a potencializar internamente a sua imagem, Chissano criou a Fundação Joaquim Chissano, a qual se dedica à promoção da paz, do desenvolvimento económico e cultural de Moçambique¹⁶.

Logo após ter abandonado a Presidência moçambicana, Chissano foi nomeado, em Junho de 2005, pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, enviado especial da ONU para encontrar consensos sobre a reforma da organização. Para este cargo, Annan nomeou um representante especial por continente, cabendo a Chissano ocupar-se de África. No âmbito desta tarefa, Chissano visitou a Argélia, Egipto, Líbia, África do Sul e Tanzânia, países que, juntamente com a Nigéria e Angola, são os mais sérios candidatos a ocuparem o lugar permanente no Conselho de Segurança a atribuir ao continente africano¹⁷.

A União Africana também nomeou Chissano, em 2005, como seu enviado especial para o Zimbabwe, com a missão de mediar o impasse negocial entre o governo de Robert Mugabe e a oposição.



Esta escolha da União Africana seguiu-se à rejeição de Mugabe das iniciativas apresentadas pelo Presidente sul-africano Thabo Mbeki destinadas a solucionar a crise política no Zimbabwe. Esta nomeação foi vista simultaneamente, como uma vitória de Chissano e uma derrota de Mbeki.

Em inícios de 2006, vários antigos Chefes de Estado Africanos, liderados por Chissano, e com apoio de Nelson Mandela, criaram o África Fórum, uma rede informal de influência com vista a promover o desenvolvimento do continente.

Chissano foi nomeado Presidente deste Fórum e Nicophone Soglo, antigo Presidente do Benim, assumiu a Vice-Presidência. Este Fórum conta ainda com a presença dos seguintes antigos Chefes de Estado: Quett Masire do Botswana, Pierre Buyoya do Burundi, Aristides Pereira e António Mascarenhas de Cabo Verde, Jerry Rawlings do Gana, Henrique Rosa da Guiné-Bissau, Norbert Ratsirahinana de Madagascar, Bakili Muluzi do Malawi, Carl Ossmann e Cassam Eteem das Maurícias, Yakubu Gowon da Nigéria, Miguel Trovoada de São Tomé e Príncipe, Benjamin Mkapa da Tanzânia e Kenneth Kaunda da Zâmbia.

Para além destas personalidades, também o antigo Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, do Egipto, e os antigos Secretários Gerais da QUA, William Mboumouma, dos Camarões, e Ahmed Salim Ahmed, da Tanzânia, foram convidados a participar neste Fórum.

De acordo com Chissano, o objectivo do Fórum é o de aproveitar a experiência destes antigos líderes políticos para encontrar soluções para os problemas africanos. Esta iniciativa tem por base a ideia de que os problemas africanos devem ser resolvidas, em primeiro lugar, através de iniciativas africanas, uma vez que já existe um sentimento de fadiga no que respeita às iniciativas externas¹⁸.

Nesse sentido, Chissano liderou uma missão do África Fórum, composta por Festus Mogae do Botswana, Benjamin Mkapa da Tanzânia e Kenneth Kaunda da Zâmbia, que se deslocou, em Janeiro de 2008, ao Quênia com vista a travar a onda de violência que surgiu após as eleições presidenciais de Dezembro de 2007.

Para além da participação nestas iniciativas, o prestígio de Chissano aumentou também devido ao facto de lhe ter sido atribuído, em Outubro de 2007, o Prémio Mo Ibrahim de Boa Governação¹⁹. Os valores do Prémio e a sua projecção internacional, serviram para consolidar a imagem de Chissano como personalidade africana de destaque.

¹⁶ Fundação Joaquim Chissano.
www.fjchissano.org.mz

¹⁷ SADC Today Online, 210612005
<http://www.sadc.net/Editorial/sadctoday/portview.asp?vol=1336>

¹⁸ Fred Katerere: Forum of Africa's Elder Statesmen, in South Africa Info, 1610112006.

Anjouan. A Tentação Separatista

África tem cerca de 80 mil kms de fronteiras, na sua grande maioria surgidas após a Conferência de Berlim, em 1884-85, as quais são artificiais. O facto delas terem sido delimitadas de acordo com os interesses dos europeus fez com que as realidades geográficas, humanas e históricas do continente fossem marginalizadas. Os territórios dos Estados Africanos são, basicamente, criações coloniais transformadas em Estados independentes. As suas dimensões, características e fronteiras são fruto da herança colonial.

Desde 1961, mais de metade dos membros da União Africana (UA) viram-se envolvidos em conflitos resultantes ou de disputas territoriais ou de problemas fronteiriços. Todas estas disputas fundamentam-se nas delimitações operadas na época da colonização, muitos países africanos que revelam ambições expansionistas sustentam a ilegitimidade dos tratados assinados pelos europeus, acusando-os de ser os responsáveis pela actual configuração política de África. Na sua aceção, deve-se-ia proceder a uma revisão das fronteiras contemplando as realidades étnicas, religiosas e culturais. Porém, outros países, sobretudo aqueles cujos territórios são alvo de pretensões exteriores, sustentam que o respeito dos tratados coloniais herdados pelos novos países africanos constitui uma obrigação internacional dos seus governos, sendo portanto impossível a revisão das fronteiras.

Em África, diversos grupos étnicos reivindicam a sua nação natural e põem em causa os aparelhos estaduais vigentes, apelando a uma segunda descolonização. Foi este vírus separatista que corroeu, por exemplo, as bases dos regimes de Mengisthu Mariam na Etiópia e de Siad Barre na Somália. O mundo em geral não encara favoravelmente a emergência de novas unidades políticas em África, mas as realidades e os acontecimentos locais poderão proporcionar o seu aparecimento.

Numa tentativa de minorar os efeitos desta situação herdada e não desejada, a Organização de Unidade Africana (OUA) declarou em Julho

de 1964, numa reunião no Cairo, que o continente independente manteria as fronteiras herdadas da colonização, com o objectivo de evitar o agravamento da questão¹⁵.

Contudo, antes e depois desta reunião da OUA, verificaram-se alterações territoriais, como foi o exemplo entre o Mali e a Mauritânia, de modo a respeitar os hábitos tradicionais das tribos nómadas. Em 1975 foi a vez da Gâmbia e do Senegal acertarem fronteiras. Em 1993 surgiu a Eritreia com o consentimento da Etiópia. Apesar destes exemplos, a verdade é que as questões territoriais têm sido responsáveis por graves conflitos, tais como a guerra civil na Nigéria. Mais recentemente temos o caso da queda de Mobutu e a tentativa de derrube de Kabila, as quais demonstram as ambições territoriais do Ruanda e do Uganda ao apoiarem os rebeldes tutsis bayamulenges.

As disputas territoriais derivam também do facto de catorze Estados Africanos não terem acesso ao mar, ficando, pois, numa situação de extrema dependência em relação aos seus vizinhos e sofrendo directamente as consequências dos acontecimentos que aí possam ocorrer. Esta dependência decorre da necessidade de utilizar os meios de transporte de outros Estados para chegar ao mar, meio de transporte mais acessível aos países africanos. Ainda assim, para muitos países este objectivo revela-se de concretização difícil devido à distância e aos custos inerentes. Veja-se os casos da República Centro-Africana e do Ruanda, que estão a cerca de 1.600 kms da costa.

A questão das fronteiras em África representa, sem dúvida, um enorme problema, cuja resolução não se apresenta nada fácil. Se, por um lado, as questões territoriais tem sido contidas pela resolução da OUA, de reconhecimento das fronteiras coloniais, com o apoio da Comunidade Internacional, por outro, não deixa de ser verdade que em muitos casos, essas fronteiras já só existem na teoria. Veja-se o caso da Somália, na prática dividida entre três estados, Somaliland a Norte, Putland a nordeste e Jubaland a sul. Porém, apontar como solução a redefinição total das fronteiras é uma solução utópica tais seriam as reivindicações opostas.

Foi no início dos anos setenta que os Estados Africanos da África Oriental, começaram a denunciar a luta contra as potências hegemónicas no Oceano Índico. A Conferência dos Países Não-Alinhados reunida em Lusaka (Zâmbia), em Setembro de 1970, expressou o desejo de que este espaço marítimo fosse mantido afastado da rivalidade entre as Grandes Potências. A seu pedido, a ONU criou, dois anos depois, um Comité Especial sobre o Oceano Índico.

A zona do Oceano Índico tornou-se uma zona importante no âmbito



¹⁵ Ver Observatório de África nº 10

²⁰ Border Disputes Among African States, Resolutions Adopted by the First Ordinary Session of the Assembly of Heads of State and Government, Cairo 17/21 July 1964. <http://www.africa-union.org/root/au/Documents/Decisions/hog/bHoGAssembly1964.pdf>

da Guerra-Fria. As Grandes Potências consideravam esta zona excelente para a construção de bases navais. Por outro lado, os sucessivos encerramentos do Canal de Suez (1956, 1967, 1973); a incerteza política do Próximo-Oriente e o aumento da tonelagem dos petroleiros, também explica a crescente importância da rota do Oceano Índico.

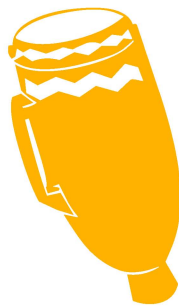
A isto junta-se a descoberta das riquezas nos fundos marinhos e a elaboração do novo Direito do Mar que poderia dar aos Estados ribeirinhos a possibilidade de estenderem as suas águas nacionais até doze milhas da costa e o direito de explorar exclusivamente o espaço marítimo até duzentas milhas. Este direito foi, aliás, reivindicado em 1976, logo após a sua independência, pelo pequeno arquipélago das Seychelles, detentora de 92 ilhas dispersas sobre um espaço marítimo de 640.000 km². Tais Estados poderiam, pois, encontrar-se na posse de imensos recursos sem ter os meios tecnológicos para os explorar, tornando-se, assim, alvos apetecíveis de cobiaças externas.

Estes factores explicam a importância atribuída a esta zona pelas Grandes Potências, nomeadamente pela França.

A França, tem tradicionalmente mantido um forte dispositivo militar na região. Porém, após a independência de Madagáscar, o novo regime malgaxe exigiu que a França retirasse as suas forças da base de Diogo Suarez. Em 1973 foi obrigada a transferir para a Ilha da Reunião o centro do comando das suas tropas no Oceano Índico. Assim, se compreende o interesse em manter o controlo sobre a ilha de Mayotte, no arquipélago das Comores.

Quando as Comores caminhavam para a independência em 1975, a França organizou referendos nas quatro ilhas (Grande Comore, Mayotte, Anjouan e Mouheli) que compõem o Arquipélago. Apenas a ilha de Mayotte se pronunciou pela manutenção na República Francesa e foi elevada a "colectividade territorial com estatuto especial". Mayotte é considerado um paraíso pelos habitantes das Comores que tentam lá chegar a todo custo, o que obrigou o governo francês a impor rígidas medidas à entrada de nacionais das Comores²¹. As outras três ilhas optaram pela independência, transformando-se, em 1975, na República Federal Islâmica das Comores.

Perante a enorme instabilidade que tem caracterizado as Comores desde a independência, 17 Golpes de Estado e dois presidentes assassinados, a ilha de Anjouan revoltou-se, em 1997, contra o poder central visando a secessão. As autoridades rebeldes de Anjouan pediram à França para que a aceitasse de volta como colónia. Tal eventualidade seria um embaraço, quer para a União Africana, quer para a própria França. Desde então, a Ilha de Anjouan tem vivido num clima de instabilidade com um estatuto indefinido.



Em 2002 o Coronel Mohamed Bacar foi eleito Presidente da Ilha de Anjouan. Em 2007 Bacar foi reeleito num processo eleitoral que não foi reconhecido pelo governo central. Desde essa altura, Bacar defendeu a independência da ilha de Anjouan, determinação que forçou a União Africana a decretar sanções e ameaçar os revoltosos com uma acção militar. Para mediar o conflito foram feitos vários esforços diplomáticos que não surtiram qualquer efeito.

Face à recusa de Bacar em aceitar submeter-se às autoridades federais das Comores, a União Africana patrocinou uma missão militar para repor a legalidade. A 25 de Março, o exército das Comores, apoiado por um contingente de 1.500 tropas da União Africana, nomeadamente tanzanianas, sudanesas e senegalesas, invadiram a Ilha de Anjouan e puseram fim ao regime rebelde do Coronel Bacar .

A França aceitou que o Coronel rebelde se refugiasse, numa primeira fase, na Ilha francesa de Mayotte, para depois se transferido para a Ilha da Reunião. Esta decisão de Paris foi muito contestada pelas autoridades das Comores, que querem que Bacar seja extraditado e julgado no seu país.

Após a derrota do Coronel Bacar, a União Africana (UA) anunciou a intenção de ajudar o governo das Comores a consolidar a paz e a estabilidade na Ilha de Anjouan. Nesse sentido, a UA estuda a possibilidade de ajudar o Governo.

Seis dias após a entrada do Exército comoriano e de forças da UA na ilha de Anjouan, e após a fuga do coronel Mohamed Bacar, Laïlizamane Abdou Cheikh, prestou juramento como Presidente interino de Anjouan, com vista a organizar eleições presidenciais para a ilha²³.

²¹ Timothy Othieno: Unpacking the Crisis in Anjouan: A Thin Line Between Independence and the Struggle for Power, in Global Insight nº 74, November 2007, Institute for a Global Dialogue, 8 pp.

²² Comores: African Union, Govt Troops Invade Anjouan, in All Africa, 25/03/2008. <http://allafrica.com/stories/200803250253.html>

²³ Pan African News Agency, 1/04/2008. <http://www.panapress.com/freenewspos.asp?code=por0130176dte=01/04/2008>



A Instabilidade no Kivu – República Democrática do Congo

A violência e a instabilidade na República Democrática do Congo (RDC) têm sido uma constante desde que o país ascendeu à independência em 1959. Durante o longo reinado de Mobutu Sese Seko, 1965–1997, o Zaire, nome pelo qual o país foi rebaptizado em 1971, aspirou ao cargo de potência regional. O período da Guerra-Fria foi muito favorável a Mobutu, o qual, com a conivência Ocidental, exerceu um poder absoluto enriquecendo à custa dos bens nacionais.

Em 1997, Mobutu viu-se obrigado a abandonar o país perante o avanço do movimento rebelde liderado por Laurent Désiré Kabila, o qual tomou o poder em Kinshasa pouco tempo depois. A subida ao poder de Kabila não pacificou o país, o qual tem o tamanho da Europa Ocidental e muito rico em minerais, nomeadamente, ouro, cobre, diamantes e coltan (combinação de columbita e tantalita).

Face aos desentendimentos no seio da coligação que derrubou Mobutu, o país mergulhou de novo na Guerra Civil. Em 2001 Laurent Kabila foi assassinado pelo seu guarda-costas, num caso que ainda hoje está envolto em mistério. Para o substituir foi escolhido o seu filho Joseph Kabila que, ao contrário do que muitos previam, se tem conseguido manter no poder. Mas também a liderança de Joseph Kabila não foi capaz de controlar o país e pacificá-lo. A multiplicidade de interesses em jogo, nacionais, regionais e internacionais, dificultaram a implementação de uma solução para a instabilidade no país.

Ao longo dos anos, vários têm sido os esforços diplomáticos destinados a estabelecer a RDC. Em 1999, foi assinado um Acordo de Paz, entre Angola, Namíbia, Zimbábue, Ruanda e Uganda e as várias facções congoleesas, o qual pretendia pôr fim à então chamada primeira guerra mundial africana.

Em Novembro de 1999, e na sequência deste Acordo de Paz, a ONU criou a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC). No entanto, o conflito continuou, alimentado por milícias regionais financiadas por agentes externos.

Com vista a promover uma nova solução para o conflito, a Comunidade Internacional patrocinou eleições no país. A 6 de Dezembro de 2006, Joseph Kabilá venceu as eleições presidenciais derrotando o seu principal opositor, Jean Pierre Bemba. Apesar dos resultados eleitorais terem provocado alguma contestação entre os apoiantes de Bemba, este acabou por os reconhecer.

A derrota de Bemba não promoveu a tão desejada estabilidade e paz no país. A Comunidade Internacional pressionou o novo governo congolês a desenvolver uma política de inclusão, e não de marginalização, da oposição.

O conflito reacendeu-se quando as tentativas de integrar os rebeldes do General Nkunda no Exército Nacional colapsaram, por intransigências de ambas as partes. Na sequência do recomeço do conflito, as províncias congoleesas do Kivu Norte e do Kivu Sul foram as mais afectadas. As enormes fronteiras congoleesas, aliada à total ausência de controlo, facilita a

movimentação dos movimentos rebeldes e as intervenções externas.

As forças do General Nkunda são responsáveis pelo rapto e incorporação forçada de milhares de crianças. Os combates no nordeste do país têm provocado novas ondas de deslocados internos e o reacender das animosidades entre congoleeses e as populações de origem tutsi e hutu.

Para além das forças governamentais, as milícias de Nkunda também enfrentam os elementos das Forças Democráticas de Libertação do Ruanda (FDLR). Com cerca de 7 mil homens, as FDLR opõem-se ao governo de Kigali e estiveram implicadas no genocídio ocorrido no Ruanda em 1994.

A instabilidade no Kivu pôs em causa os avanços políticos conseguidos com a realização das eleições de 2006 e com os esforços diplomáticos de 2005 e 2007. Com uma Constituição, um Presidente eleito, e um governo baseado numa Assembleia igualmente eleita, o Congo tinha finalmente condições para desenvolver uma verdadeira política de reconciliação nacional. O reacender do conflito no Kivu pôs em perigo os avanços obtidos.

O fortalecimento da guerrilha, ao nível do armamento e capacidade de mobilização, demonstra a existência de apoios externos, quer ao nível de países, quer ao nível de multinacionais. As riquezas naturais do Congo explicam o envolvimento de multinacionais, as quais ao financiarem os rebeldes, obtêm garantias de exploração de determinados minerais de forma mais barata e sem cuidados ambientais. O apoio de países vizinhos explica-se pela intrincada rede de ligações existentes entre as populações da região. O apoio ruandês aos rebeldes de Nkunda é explicado pela oposição que este leva a cabo contra as forças da FDLR.

Com vista encontrar uma solução pacífica para o conflito, o Presidente congolês promoveu em Janeiro passado uma Conferência sobre a Paz e a Segurança no Kivu. Os grandes objectivos da Conferência foram os de enquadrar as forças de Nkunda, através de uma ampla amnistia, iniciar um programa de recolha de armas nas províncias do Kivu e restabelecer o controlo estatal nesta zona. As forças do General Nkunda aceitaram assinar um acordo de cessar-fogo e permitir o regresso de milhares de refugiados às suas casas²⁴.

As dúvidas sobre eficácia deste processo surgiram quando ficou claro que nem as FDLR, nem o governo do Ruanda, estiveram presentes nas negociações.

Com vista a apoiar os esforços de paz no Kivu, o Conselho de Segurança da ONU prolongou o mandato da MONUC até 31 de Dezembro de 2008, com uma força até 17.030 militares, 760 observadores militares, 391 polícias e seis unidades de polícias formados²⁵.

Mais de 4.500 capacetes azuis foram enviados nas últimas semanas para a zona do Kivu Norte, para garantir a defesa de Goma, capital da província, e de Sake, localidade crucial na via de acesso à capital.

²⁴ Segundo o Alto-comissário para os Refugiados, António Guterres, o conflito no Kivu provocou cerca de 800 mil refugiados. Los Desplazados en el Congo suman la Cifra más Alta desde el final de la Guerra Civil, in ACNUR Noticias. <http://www.acnur.org/index.php?idpágina=7185>

²⁵ MONUC. <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/monuc/index.html>

Conferência Islâmica no Senegal Cimeira Índia - África

Realizou-se, em Março, na capital senegalesa, a IV Cimeira da Organização da Conferência Islâmica (OCI), a qual congrega 57 países, 26 dos quais africanos, e é a maior organização islâmica do mundo. Esta Cimeira já não se realizava em África à 14 anos.

A OCI foi criada por 30 países muçulmanos numa reunião realizada, a 25 de Setembro de 1969, em Marrocos. A OCI surgiu como reacção ao ataque israelita à Mesquita Al-Aqsa, um dos lugares santos para a religião muçulmana, em Jerusalém. Nessa altura, os países muçulmanos tomaram consciência da necessidade de unirem esforços para defender os povos muçulmanos. O grande objectivo da OCI é o de salvaguardar os interesses dos muçulmanos, através da promoção da paz e da harmonia entre os vários povos do mundo.

A OCI tem sido muito criticada pela falta de acções concretas, e por se limitar a realizar reuniões periódicas com poucos resultados. Por outro lado, as disparidades entre os membros da OCI são enormes, com membros riquíssimos, na sua maioria árabes, e membros muito pobres, na sua maioria africanos.

Com o objectivo de ter uma actuação mais visível e enfrentar os problemas da pobreza dos países africanos, o Banco Islâmico para o Desenvolvimento, com sede da Arábia Saudita, anunciou a sua decisão de apoiar o combate à pobreza na África Subariana. Para promover esta iniciativa, o Banco Islâmico vai fortalecer financeiramente o Fundo Islâmico para a Solidariedade e o Desenvolvimento. Com 10 mil milhões de USD, provenientes de doações financeiras dos países membros, nomeadamente da Arábia Saudita, Kuwait, Líbia, Emiratos Árabes Unidos, Turquia, Egipto e Irão, o Fundo Islâmico tem como vocação o combate à pobreza nos países pobres membros da Conferência Islâmica.

Para além dos problemas da pobreza e do desenvolvimento, a Cimeira da OCI também ficou marcada pelo mau relacionamento entre vários dos seus membros. O Sudão acusou o Chade de apoiar os rebeldes do Darfur, enquanto que N'Djamena acusou o governo de Cartum de apoiar os rebeldes que tentam derrubar o Presidente Idris Déby²⁶.

São membros da OCI dois países africanos lusófonos, a Guiné-Bissau que aderiu em 1974 e Moçambique que aderiu em 1994. Devido aos problemas que a Guiné-Bissau enfrenta, fruto da constante instabilidade e do problema do tráfico de droga, a OCI apelou, durante a Cimeira de Dakar, aos seus membros para apoiarem financeiramente o desenvolvimento guineense com vista a promover o programa de relançamento económico do país²⁷.

A Índia é a terceira maior economia asiática, com uma taxa de crescimento anual de 9%. Este crescimento implica a necessidade de garantir novos recursos energéticos, tanto mais que o seu consumo deverá duplicar até 2015. Tal como outras potências em crescimento, nomeadamente a China, a Índia procura em África novas fontes de matérias-primas e energia essenciais para a continuação do seu crescimento económico. Para o Continente Africano, a Índia poderá ser, cada vez mais, a origem de tecnologia adaptada às necessidades africanas.

Com vista a promover uma maior aproximação entre a Índia e o continente africano, realizou-se, em Abril de 2008, a I Cimeira Índia - África. Esta Cimeira teve, como objectivo principal a procura de novas modalidades para reforçar a cooperação entre os dois parceiros, nomeadamente na área económica, tecnológica, desenvolvimento social energia e infra-estruturas.

O convite para esta Cimeira foi feito pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, Anand Sharma, durante a Cimeira da União Africana (UA) que se realizou em Addis Abeba em Janeiro de 2008²⁸.

Com base neste convite, a UA seleccionou, entre os interessados, os países africanos que estariam presentes. A ideia era que esta reunião fosse um primeiro passo para a realização de uma grande Cimeira com todos os países africanos, à semelhança das realizadas entre a China e África. Nesse sentido, estiveram presentes nesta Cimeira em Nova Delhí, os seguintes países africanos: Argélia, Burkina Faso, República Democrática do Congo, Egipto, Etiópia, Gana, Líbia, Nigéria, Senegal, África do Sul, Uganda e Zâmbia. Nenhum país africano lusófono esteve presente.

Para além de vários países africanos, estiveram também presentes representantes da União Africana e das organizações regionais africanas mais importantes: Comunidade Económica de Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC); Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Comunidade da África Oriental (EAC); e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Nova Delhí já teve relações próximas com o continente africano, embora tivesse sido num contexto completamente diferente. Durante as décadas de 60 e 70 do século XX, a Índia, um dos líderes do Movimento dos Não Alinhados, foi um dos principais apoiantes dos movimentos de libertação africanos. Nesse contexto, o relacionamento económico era marginal.

A componente económica começou a ganhar importância à medida que a Índia se foi afirmando como potência regional, e um dos países com maior crescimento mundial. As relações económicas da Índia com o continente africano têm aumentado consideravelmente nos últimos anos. O comércio total entre 2006 e 2007 rondou os 20 mil milhões de USD de exportações indianas para África, o que significou um aumento de 180% em relação aos anos anteriores.

²⁶ Esta troca de acusações foi aumentando de tom. Em Maio, O Sudão cortou relações com o vizinho Chade, acusando-o de apoiar um ataque dos rebeldes de Darfur contra Cartum, a capital sudanesa. Islamist Arrested for Sudan Raid, in BBC News on Africa, 12/05/2008. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7395379.stm>

²⁷ Guiné-Bissau: Cimeira da OCI pede Apoio Financeiro para Bissau, in AngolaPress, 2/04/2008. <http://www.angolapress-afg0pa0/fl0tCiA8SP?1D603341>.

²⁸ India to Host India - Africa Summit in April, in The Times of India, 30/01/2008. <http://timesofindia.indiatimes.com/article/show/insid.2744287.prtpage-1cms>

Uma das grandes preocupações da Índia é a de marcar presença no continente africano de modo a não deixar que a China ocupe todo o espaço, nomeadamente nos mercados abastecedores de matérias-primas e energias. Nesse sentido, o governo indiano pretende ter uma actuação com características próprias, que evite as críticas de que tem sido alvo a actuação chinesa. A Índia pretende exportar para África a necessidade de aposta na formação dos recursos humanos, baseado na sua própria experiência, que apostou, desde os anos 50 do século XX, muito na educação.

A ideia dos líderes indianos é a de transmitir a ideia de que o relacionamento com África é equilibrado e positivo para ambas as partes. Para tal, são apresentados vários exemplos das vantagens de que África usufrui deste relacionamento²⁹:

- Todos os anos, 15 mil estudantes africanos vão estudar para a Índia;
- Nova Delhi está a apoiar a implementação da rede pan-africana de internet que ligará todos os países africanos e que promoverá a tele-educação e a tele-medicina;
- A Índia está disposta a conceder créditos aos países africanos em condições favoráveis, ao mesmo tempo que perdoa a dívida dos países africanos incluídos na iniciativa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries)³⁰;
- No âmbito do Programa Indiano de Cooperação Económica e Técnica, a Índia já gastou mais de mil milhões de USD na formação de quadros africanos.

No final da Cimeira Índia - África foi aprovada uma Declaração (Declaração de Delhi) onde foi anunciado a intenção de reforçar os laços de cooperação não só ao nível bilateral, mas também com base no apoio às organizações regionais africanas³¹. As duas partes também manifestar a disposição em apoiarem-se, de modo a garantirem a auto-suficiência alimentar, dinamizar as suas economias e trabalhar para o reforço da sua parceria.

Paralelamente, foi aprovado um Programa de Cooperação assente nos seguintes eixos³²:

- Cooperação Económica;
- Cooperação Política;
- Tecnologia, Investigação e Desenvolvimento;

- Cooperação na área do Desenvolvimento Social;
- Turismo;
- Infra-estruturas, Energia e Ambiente;
- Meios de Comunicação.

Na sequência da aprovação deste Programa de Cooperação, foram adoptadas decisões muito concretas de apoio aos países africanos³³:

- A Índia decidiu, unilateralmente, conceder às exportações de 34 países africanos o acesso preferencial ao seu mercado. Esta isenção tarifária vai beneficiar as exportações africanas de algodão, cacau, alumínio, cobre, castanha de caju, cana-de-açúcar, vestuário, peixe e diamantes industriais;
- Aumento considerável das linhas de crédito a conceder a países africanos. Entre 2003-2004 e 2007-2008, foram concedidos linhas de crédito no valor de 2.1 mil milhões de USD. É intenção das autoridades de Nova Delhi conceder, nos próximos 5 anos, empréstimos nos valores de 5.5 mil milhões de USD. Estes empréstimos serão concedidos a nível bilateral e a nível das Comunidades Económicas Regionais.
- Será consagrada uma ajuda de 500 MUSD para projectos de desenvolvimento, nomeadamente ao nível nas infra-estruturas de caminhos-de-ferro, tecnologias de comunicação e energia;
- Continuará a haver uma aposta na formação de quadros ao nível da educação, tecnologias de informação, energias renováveis e agricultura;
- Aumento do número de bolsas de estudo a conceder a alunos africanos.

A próxima Cimeira Índia - África terá lugar em 2011 num país africano a designar.



²⁹ India in the WTO, 26/02/2008.
<http://indiainthewto.wordpress.com/2008/02/26>.

³⁰ A Iniciativa HIPC é um esquema desenvolvido conjuntamente pelo FMI e pelo Banco Mundial para fazer face ao problema da dívida externa do países pobres fortemente endividados.

³¹ Declaração de Delhi, Cimeira Índia - África, 9/04/2008.
<http://www.africa-union.org/root/au/Conferences/2008/April/India-Africa/DELHI%20DECLARATION%20-%20ENGLISH%20-%20FINAL%20VERSION.doc>

³² AFRICA-INDIA FRAMEWORK FOR COOPERATION, Nova Delhi, 9 Abril 2008.

³³ África: Índia Anuncia Isenção de Direitos Aduaneiros para o Continente Africano, in Angola-press, 9/04/2008.
<http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=608516>

África e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

A 6 de Setembro de 2000, os líderes do mundo, preocupados com as grandes questões globais, reuniram-se na sede da ONU, durante a Cimeira do Milénio. Nunca, na história da ONU, uma reunião contou com a presença de tantos Chefes de Estado e de Governo.

Esta Cimeira teve como ponto de apoio para os seus trabalhos o Relatório Nós os Povos: o Papel das Nações Unidas no Século XXI³⁴, elaborado, em Abril de 2000, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan. Este relatório do Secretário-Geral da ONU, tinha como objectivo estabelecer metas para os Estados-Membros da Organização enfrentarem, de forma conjunta, os inúmeros problemas mundiais que a humanidade enfrentará no novo milénio, nomeadamente devido a: guerras, violações dos direitos humanos, degradação ambiental, má distribuição dos rendimentos, epidemias, redes internacionais de crime e fome.

Esse encontro histórico foi a oportunidade que os governantes mundiais tiveram para identificar os desafios existentes, e estabelecer acções adequadas para os enfrentar. Na Cimeira foram definidos, os objectivos concretos para o desenvolvimento, que deveriam ser alcançadas até 2015. Este compromisso ficou conhecido como a Declaração do Milénio³⁵, assinada por 189 países. Os signatários da Declaração comprometeram-se a trabalhar para erradicar a pobreza e a fome, a degradação ambiental, a desigualdade de género, enfrentar doenças como o vírus do VIH/SIDA e Malária, e melhorar os sistemas de saúde e educação.

Assim sendo, e para que o acordado durante a Cimeira do Milénio se tornasse realidade, até 2015, os países comprometeram-se a alcançar 8 grande objectivos, os quais passaram a ser designados por Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM):

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
2. Atingir o ensino básico universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Desde que foram criados, a implementação dos ODM foi sendo monitorizada por diversas organizações internacionais. Logo em 2002, as Nações Unidas, com o objectivo de mobilizar apoios para a

implementação dos ODM, criou a Campanha do Milénio das Nações Unidas. O objectivo da ONU foi o de sensibilizar as populações de todos os países para que exigissem aos seus líderes a adopção de medidas que favorecessem o cumprimento das metas estabelecidas nos ODM.

Em Março de 2008, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), apresentaram um Relatório conjunto, intitulado The Global Monitoring Report: MDGs and the Environment Agenda for inclusive ans Sustainable Development³⁶, no qual é referido que, a manterem-se os esforços actuais, a maioria dos países africanos não atingirá, em 2015, as metas dos ODM. Apesar desta constatação, os autores do relatório reconhecem que têm havido algumas melhorias, nomeadamente em relação à taxa de crescimento económico do continente, que passou de 2.1% na década de 90 para uma média de 5,6% entre 2003 e 2007.

A indicação de que a maioria dos países da África subsaariana não alcançaria os ODM, já tinha sido constatada, em finais de 2007, por um outro relatório elaborado pelo Instituto Internacional de Pesquisa Alimentar. Nesse relatório, intitulado Índice da Fome Global, foram analisados 118 países, dos quais 42 africanos. Nas conclusões foi referido que apenas 6 países africanos estavam em condições de cumprir os ODM: Moçambique, Malawi, Maurítania, Congo-Brazzaville, Ilhas Maurícias e Gana³⁷.

Segundo o Relatório do BM e do FMI, o aumento do preço dos combustíveis e dos alimentos, têm tido consequências muito nefastas para a maioria dos países africanos. Paralelamente, as alterações climáticas que se estão a registar a nível mundial, e que já tem efeitos muito concretos em alguns países africanos, como é o caso da região da África Oriental, também contribuem para a degradação da situação em muitos países.

O aumento dos preços dos combustíveis, fruto do aumento do preço do petróleo, levou a que em várias partes do mundo se fizesse uma aposta na produção de biocombustíveis, o que diminuiu a produção alimentar. Esta situação levou a própria ONU a criar um grupo de trabalho que debater e encontrar soluções para a crise alimentar mundial.

Para que os países africanos melhorem a sua prestação é necessário, segundo o Relatório, que se registem a conjugação de vários factores: mais ajuda internacional; melhores resultados para África das negociações de Doha no âmbito da Organização Mundial do Comércio; mais atenção para os programas destinados a melhorar os sistemas de educação, saúde e alimentação e combate aos efeitos das alterações climáticas.

³⁴ <http://www.un.org/millennium/sg/report/index.html>

³⁵ <http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf>

³⁶ <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTDEC/EXTGLOBLMONITOR/EXTGLOMONREP2008/0,,menuPK:4738069--pagePK:64168427--piPK:64168435--theSitePK:4738057,00.html>

³⁷ <http://www.ifpri.org/>

Relativamente aos países africanos lusófonos a situação relativamente à implementação dos ODM é diversa. Todos estes países adotaram estratégias de redução da pobreza, como documentos estratégicos e orientadores da política governamental. Nestes documentos, está explícito a determinação governamental em alcançar, dentro do prazo previsto, os oito ODM. Porém, a realidade em cada um deles é distinta.

Em Angola, as tarefas com a reconstrução nacional, depois de décadas de Guerra Civil, ainda são enormes e os resultados no cumprimento dos ODM tardam em surtir efeitos. O ODM mais bem sucedido é o que visa Atingir o Ensino Básico Universal (ODM 2). Entre 1999 e 2006, a taxa de inscrição de alunos nas escolas primárias cresceu de 47% para 56%³⁸. Este resultado deve-se às políticas governamentais destinadas à recuperação das infra-estruturas escolares e ao recrutamento massivo de professores primários.

Cabo Verde é o PALOP onde o cumprimento dos ODM está mais avançado. Em 2007, A ONU apoiou Cabo Verde na elaboração do segundo Relatório de Acompanhamento da Implementação dos ODM³⁹. De acordo com este Relatório, a taxa de escolaridade ronda os 96% da população em idade escolar, as disparidades de género têm diminuído e os indicadores de saúde são globalmente positivos.

A Guiné-Bissau é o PALOP que regista maior atraso no cumprimento dos ODM. As sucessivas crises militares e políticas que o país tem enfrentado nos últimos anos, explicam, em grande medida, esta situação. A redução da pobreza tem sido muito limitada devido à ausência de crescimento da economia nacional. O sistema de educação tem conhecido vários reveses, fruto da falta de recursos deste sector⁴⁰. Os poucos sucessos alcançados foram no campo da redução da mortalidade infantil, e mesmo aqui foram muito limitados.

Em Moçambique os avanços no cumprimento dos ODM são globalmente positivos, embora os avanços sejam diferentes nos diversos ODM. Embora tenham sido alcançados resultados animadores na redução da pobreza, as condições climáticas adversas, com condições extremas (secas e cheias) têm aumentado a vulnerabilidade alimentar de algumas regiões do país. Os ODM referentes à Mortalidade Infantil e Maternal (ODM 4 e 5) serão alcançados em 2015. Os ODM referentes à Educação Primária Universal (ODM 2), Igualdade de Género (ODM3), travar o avanço do VIH/SIDA (ODM 6) e a promoção da Sustentabilidade Ambiental (ODM 7) dificilmente serão alcançados na data prevista⁴¹.

No caso de São Tomé e Príncipe, os resultados alcançados têm sido muito limitados. No conjunto dos ODM, os melhores resultados foram alcançados na Redução da Mortalidade Infantil em crianças com menos de 5 anos (ODM 4)⁴².



Observatório de África

Boletim da Fundação Portugal África

Fundação Portugal África

Rua de Serralves
191 - 4150 - 706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax: 22 532 03 11
E-mail: jmiranda@fpa.net4b.pt

Ficha Técnica

Responsável pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutenberggráfica

Depósito Legal: 223325/05

³⁸ MDG Monitor - Angola.
http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=AG05cd=24

³⁹ MDG Monitor - Cape Verde.
http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=CPV6cd=132

⁴⁰ MDG Monitor - Guiné - Bissau.
http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=GNB6cd=624

⁴¹ MDG Monitor - Moçambique.
http://www.mdgmonitor.org/factsheets_00.cfm?c=MOZ6cd=508

⁴² Les OMD à São Tomé et Príncipe
<http://uns.st/undp/fr/objectifs/millenaire.html>